



Revista  
**Educar Mais**

## A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: breve trajeto histórico até o IFRJ Campus Niterói

*Professional and Technological Education in Brazil: brief historical path to the IFRJ Campus Niterói*

*La Educación Profesional y Tecnológica en Brasil: breve recorrido histórico hasta el Campus Niterói del IFRJ*

Valdineia Gomes das Chagas<sup>1</sup>  • Thiago Soares de Oliveira<sup>2</sup> 

### RESUMO

Considerando a existência secular da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, cuja contextualização se dá num cenário móvel de organização, reorganização e expansão ao longo do tempo, e a relevância do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) para a região que o rodeia, este trabalho objetiva recuperar o contexto histórico que levou à construção e à consolidação do IFRJ, com foco no campus Niterói, a partir do traçado de uma breve trajetória da EPT no Brasil. Desse modo, partindo de uma revisão narrativa de literatura, que se caracteriza pela descrição ampla de um assunto pré-determinado, de maneira rápida e não sistematizada, este estudo estrutura-se a partir de dois contextos historicamente inter-relacionados: a) O princípio da EPT: a educação e trabalho nos contextos colonial e imperial e b) O Instituto Federal do Rio de Janeiro: criação, consolidação e retrato atual do campus Niterói.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Revisão narrativa de literatura; IFRJ *campus* Niterói.

### ABSTRACT

*Considering the centuries-old existence of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil, whose contextualization takes place in a mobile scenario of organization, reorganization and expansion over time, and the relevance of the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ) for the region that surrounds it, this work aims to recover the historical context that led to the construction and consolidation of the IFRJ, focusing on the Niterói campus, by tracing a brief trajectory of the EPT in Brazil. Thus, starting from a narrative literature review, which is characterized by the broad description of a pre-determined subject, in a quick and non-systematized manner, this study is structured based on two historically interrelated contexts: a) The principle of EPT: education and work in colonial and imperial contexts and b) The Federal Institute of Rio de Janeiro: creation, consolidation and current portrait of the Niterói campus.*

**Keywords:** Professional and Technological Education; Narrative literature review; IFRJ Niterói campus.

### RESUMEN

*Considerando la existencia centenaria de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil, cuya contextualización ocurre en un escenario móvil de organización, reorganización y expansión a lo largo del tiempo, y la relevancia del Instituto Federal de Río de Janeiro (IFRJ) para la región que lo rodea, este trabajo*

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão e Normas Educacionais e Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional pelo Instituto Federal Fluminense (IFF), Macaé/RJ – Brasil. E-mail: valgomeschagas@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Cognição e Linguagem e Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional e da Licenciatura em Letras (Português e Literaturas) do Instituto Federal Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: so.thiago@hotmail.com

*tiene como objetivo recuperar el contexto histórico que ha llevado a la construcción y a la consolidación del IFRJ, centrándose en el campus Niterói, trazando una breve trayectoria de la EPT en Brasil. De ese modo, a partir de una revisión narrativa de la literatura, que se caracteriza por la descripción amplia de un tema predeterminado, de manera rápida y no sistematizada, este estudio se estructura a partir de dos contextos históricamente interrelacionados: a) el principio de la EPT: educación y trabajo en los contextos colonial e imperial y b) el Instituto Federal de Río de Janeiro: creación, consolidación y retrato actual del campus Niterói.*

**Palabras clave:** *Educación Profesional y Tecnológica; Revisión narrativa de la literatura; IFRJ campus Niterói.*

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, ao longo dos mais de cem anos de existência, passou por várias reorganizações e transformações, antes mesmo dos anos de 1909, com o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, até a atual configuração, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, faz-se necessário um breve resgate histórico anterior ao ano de 1909, para compreensão dos impactos e influências dos períodos colonial e imperial na organização e no desenvolvimento da EPT brasileira e, sobretudo, do preconceito e da dualidade experimentados por essa modalidade de ensino inserida numa sociedade de classes e de profunda desigualdade social.

Apesar de esforços anteriores, foi no início do século XX que ocorreu um verdadeiro replanejamento da EPT por meio de políticas federais destinadas a esse fim, incluindo a transformação da maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais em Institutos Federais. Esse processo resultou na criação de uma nova institucionalidade, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com a consequente expansão da cobertura territorial dos Institutos no Brasil, a partir de três fases, desenvolvidas entre os anos 2005 a 2014. Assim, instituiu-se também uma nova territorialidade para a Rede, a qual incluiu a interiorização dos Institutos Federais, tornando-se uma referência internacional no que se refere à Educação Profissional.

Conforme salienta Frigotto (2018), a transformação das antigas instituições da EPT em Institutos Federais, resulta em instituições únicas, apesar de compartilharem algumas semelhanças com as Universidades, são definidas como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (Brasil, 2008, p. 1).

Tendo em vista esse contexto teórico de evolução das Escolas Técnicas ao Institutos Federais, este trabalho objetiva recuperar o contexto histórico que levou à construção e à consolidação do IFRJ, com foco no *campus* Niterói, a partir do traçado de uma breve trajetória da EPT em geral no Brasil. Para isso, adota-se a revisão narrativa de literatura como método de condução da pesquisa, pois “permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática de dados” (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 85). No processo de busca de informações em repositórios de dados (SciELO e Catálogo de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) e buscador de internet *Google Scholar*, no dia 30 de janeiro de 2024, foram utilizados os descritores “Educação Profissional e Tecnológica” (OR “EPT”) AND “revisão narrativa” AND “Instituto Federal do Rio de

Janeiro *campus* Niterói” (OR “IFRJ *campus* Niterói). Não foram obtidos resultados para os sítios eletrônicos pesquisados, possivelmente por se tratar da correlação que envolve especificamente o IFRJ *campus* Niterói.

Assim sendo, sem a intenção de esgotar o assunto ou as possibilidades a partir das quais pode ser recuperada a história do IFRJ *campus* Niterói, espera-se deixar um contributo no sentido de incentivar a compreensão do contexto em que se desenrolou o trajeto histórico desse *campus* no âmbito da EPT, de modo que, futuramente, a temática possa ser estudada a partir de outras abordagens e/ou metodologias.

## 2. O PRINCÍPIO DA EPT: A EDUCAÇÃO E TRABALHO NOS CONTEXTOS COLONIAL E IMPERIAL

O período colonial tinha como base o trabalho manual dos escravos, fundado numa economia baseada na extração e no comércio de madeira e na agroindústria açucareira. O que prevalecia, nesse contexto, de acordo com Manfredi (2016), era a aprendizagem dos ofícios a partir de práticas educativas informais e de preparação, sem um padrão ou regulamentação, com base no cotidiano de socialização e de convivência nas tribos ou nos engenhos. A produção no sistema escravocrata era predominantemente desempenhada pelos escravos (população nativa de índios e negros vindos da África) e pelos homens livres que, ressalta-se, eram em número muito menor quando comparados aos sujeitos escravizados.

A esse respeito, Santos (2010, p. 205) aponta que “a gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si”. Essa distinção social levaria à noção de que o trabalho manual desempenhado pelos escravos denotaria algo negativo, depreciativo, isso porque

O sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. Além de envolver violência cometida contra os habitantes nativos, impondo-lhes um padrão civilizatório que não era o seu, e de afugentar os trabalhadores livres, o emprego da mão de obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um ‘trabalho desqualificado’ (Manfredi, 2016, p. 50-51).

Essa representação acerca da noção do trabalho manual corroborou o preconceito e a dicotomia não só no campo do trabalho (manual e intelectual), mas também no âmbito do ensino. Para Caires e Oliveira (2016), a educação destinada às camadas mais elevadas, aos filhos dos colonizadores, era um ensino de caráter clássico e intelectual, alheio à realidade cotidiana da colônia, mantendo tais indivíduos afastados de qualquer trabalho físico ou de profissão manual, enquanto o trabalho manual destinava-se aos escravos e aos homens brancos livres. Para alguns ofícios específicos aos quais os homens brancos livres tinham acesso, segundo Manfredi (2016), eram incorporadas “normas” rigorosas para impedir os negros do seu exercício; procuravam, então, “branquear” essas atividades, tornando-as distantes daquelas realizadas pelos escravizados.

Segundo Romanelli (2014), as estruturas de poder presentes nesse contexto de base patriarcal, composto por donos de terra e senhores de engenho, eram organizadas, tanto do ponto de vista do sistema de produção quanto do de vida social e de poder para favorecerem esses grupos que ditavam

as regras, justamente os que tinham acesso à educação escolarizada. Essa perspectiva classista também se estende ao período imperial. De acordo com Ciavatta e Silveira (2010), a aprendizagem profissional, nessa época, destinava-se aos chamados deserdados da fortuna. Era realizada, num primeiro momento, nas Casas de Educandos Artífices, orfanatos e arsenais. O ensino de ofícios, incluído na instrução pública, no grau abaixo do primário (das primeiras letras), era visto como uma atividade vergonhosa, de ordem assistencialista e não educacional. Manfredi (2016) destaca que as iniciativas de Educação Profissional durante o Império se davam tanto pelas associações civis religiosas e filantrópicas quanto pelas esferas estatais do Império, mediante repasse de recursos do Estado para os grupos de entidades e da sociedade civil. A preparação para os ofícios manufatureiros ocorria nas academias militares (Exército e Marinha) e em entidades filantrópicas, além dos liceus de artes e ofícios.

No entanto, tais liceus provinciais criados nas capitais não foram suficientes para formar uma rede organizada de escolas, devido à falta de recursos motivada por um sistema falho de tributação e de arrecadação. Isso impactou principalmente o ensino secundário, que foi assumido pela iniciativa privada, enquanto o ensino primário manteve-se numa situação de abandono, com poucas escolas e mestres sem habilitação adequada, acentuando ainda mais o caráter classista (Romanelli, 2014).

A título de exemplo, o Liceu de Artes de Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1858, a partir do qual foram criados outros no território brasileiro, teve como documento normativo o promulgado na Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, quando a prática de ofícios manuais foi incorporada ao currículo de escolas de segundo grau. A criação dos liceus possibilitou, no ano de 1909, a abertura para um novo modo de encarar e organizar o ensino profissional no país, mesmo que ainda alinhado ao antigo assistencialismo e ao caráter moralizante, segundo Ciavatta e Silveira (2010). Não houve, portanto, mudanças significativas no que diz respeito à educação para as camadas mais pobres, como ressaltam Caires e Oliveira (2016). Ao contrário, a solução encontrada pela aristocracia imperial para resolver o problema da instrução se deu por meio da prioridade pela formação de uma elite economicamente elevada em detrimento da grande massa de analfabetos existentes no país.

Diferentemente, no contexto do Brasil República, a Educação Profissional brasileira encontrou um novo caminho a partir do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, promulgado pelo então Presidente Nilo Peçanha. Ao criar 19 escolas de aprendizes artífices nas capitais e na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, tal normativa tornou-se um importante marco histórico. Esse decreto oficializa o início da Rede Federal de Educação Profissional no país, sendo transformada posteriormente, em diversas instituições, como aponta o Quadro 1, até chegar aos atuais Institutos Federais difundidos por todo o país.

Numa perspectiva temporal, as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, surgem para atender as necessidades da educação profissional no campo da agricultura e da indústria do país, principalmente entre os anos de 1930 e 1940, que foram marcados por grandes transformações políticas e econômicas, momento em que surge uma nova burguesia industrial, substituindo as oligarquias cafeeiras. Contudo, atrelada à lógica assistencialista, as Escolas destinavam-se também a atender à parcela da população sem ocupação e excluída social e economicamente, ou seja, indivíduos considerados, na época, como “desvalidos da sorte e desafortunados”, conforme Ramos (2014). A prioridade era voltada para a disciplina do ponto de vista moral e dos “bons costumes”, não havendo a intenção de promover a autonomia e a emancipação desses sujeitos enquanto

cidadãos, mas sim de formar mão de obra para atender à indústria que se iniciava e para a manutenção da “ordem” social.

**Quadro 1:** Histórico da Rede Federal de Educação no Brasil

<b>Histórico da Rede Federal de Educação no Brasil</b>	
1909	Escolas de Aprendizes Artífices A criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, via Decreto nº 7.566, de 1909.
1937	Liceus Industriais As Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União, são transformadas em Liceus Industriais por meio da Lei n. 378, de 1937.
1942	Escolas Industriais e Técnicas Os Liceus Industriais são extintos e transformados em Escolas Industriais e Técnicas pelo Decreto-Lei n. 4.127, de 1942.
1959	Escolas Técnicas Federais As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais (ETFs), com autonomia didática e de gestão.
1967	Escolas Agrícolas As Fazendas Modelo do Ministério da Agricultura são transferidas para o Ministério da Educação, passando a funcionar como escolas agrícolas.
1978	Centros Federais de Educação Tecnológica A Lei n. 6.545, de 1978, transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).
1994	Sistema Nacional de Educação Tecnológica A Lei n. 8.948, de 1994, institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em CEFETs.
2008	Institutos Federais Promulgada a Lei n. 11.892, de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O processo de industrialização já iniciado no país impulsionou as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União, a serem transformadas em Liceus Industriais por meio da Lei n. 378, de 1937, devido à necessidade econômica e à demanda de formação profissional. Santos (2017) ressalta que, nesse período, é promulgada, em 1937, uma nova Constituição, que modificou o sistema educativo, incluindo de maneira explícita o ensino profissional, mas numa perspectiva de consolidação e de manutenção de privilégios da burguesia.

Passada essa fase, o ministro da educação do governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, articula as Leis Orgânicas da educação entre 1942 e 1946. Esse conjunto de legislação referente à Reforma Capanema dispunha, entre outras questões, como destaca a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (Brasil, 2009), que o ensino profissional passaria a ser considerado de nível médio e que o ingresso nas escolas técnicas dependeria de exames de admissão, além de determinar que “as escolas voltem a funcionar organizadas em torno da seguinte dicotomia: ensino primário-profissional de um lado e secundário superior de outro” (Santos, 2017, p. 152).

A educação brasileira, então, fica estruturada em dois níveis, a educação básica e a superior, sendo a primeira dividida em duas etapas: o curso primário e o secundário (subdividido em ginásial e colegial). A vertente profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, que faziam parte do ginásial. Ainda que

com o mesmo nível e duração do colegial, o ginásial não habilitava para o ingresso no ensino superior, como o colegial outrora permitia, de acordo com informações de Moura, Garcia e Ramos (2007).

Nesse contexto, verifica-se a dualidade presente desde as primeiras iniciativas no campo da educação: uma educação voltada para os filhos da elite; outra, para os filhos da classe trabalhadora. Isso pode ser evidenciado pela subdivisão do ensino secundário em ginásial e colegial, sendo este destinado ao prosseguimento dos estudos com possibilidade de inserção na universidade, enquanto aquele (ginásial) destinava-se apenas para a execução de um saber técnico de modo a atender a demanda do processo de industrialização que se iniciava no país.

Após um intenso e longo período de debates, em 1961 é publicada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), documento a partir do qual o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico (Brasil, 2009). Contudo, a criação dessa LDBEN ocorreu em meio a um conflito de interesses: a classe trabalhadora defendia o aumento da rede escolar gratuita (primário e secundário) e a equivalência entre ensino médio propedêutico e o profissionalizante; a classe dominante, por sua vez, reivindicava que a educação fosse ministrada em escolas privadas, majoritariamente, e que as públicas deveriam ser complementares para quem não “quisesse” matricular os filhos na escola particular. A classe dominante até defendia o subsídio do Estado para as escolas, mas incluindo as escolas privadas, e que este (Estado) não teria o direito de fiscalizar essa rede, em nome da liberdade de ensino, segundo apontam Moura, Garcia e Ramos (2007).

Frente a esse cenário, um novo paradigma se estabelece com a LDBEN de 1971, tornando o ensino técnico-profissional obrigatório em todo o currículo do segundo grau, com o objetivo de formar técnicos sob o regime da urgência (Brasil, 2009). Nesse momento, a compulsoriedade se restringiu ao âmbito público, enquanto as escolas privadas continuaram os seus currículos propedêuticos voltados para as ciências, artes e letras, tendo em vista a classe dominante. Assim, a dualidade de ensino, apesar de formalmente eliminada, ainda persistia na prática. Os currículos tratavam de mantê-la, uma vez que a lógica do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso a ele, como aponta Manfredi (2016).

A Lei n. 6.545, de 1978, transforma três Escolas Técnicas Federais - ETFs (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A globalização no período entre 1980 a 1990 impõe uma nova configuração da economia mundial, atingindo o Brasil. No período da redemocratização e da discussão de uma nova LDBEN, é publicada a Lei nº 8.948, em 1994, transformando as ETFs e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), gradativamente, em CEFETs. A esse respeito, a autora Ramos (2014) aponta que

[...] a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFET's pretendia evitar seu sucateamento, por dificultar tentativas de estadualização (transferência para os sistemas estaduais), senaização (transferência para senai) ou privatização (transferência para o mercado). Isto se vinculava, especialmente, à implantação do ensino superior, que condicionaria sua permanência no sistema federal de ensino (Ramos, 2014, p. 36).

E, logo depois, em 1996, a Educação Profissional passa a compor um capítulo próprio na LDBEN de 1996, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Contudo, de acordo com Pacheco (2011), o governo

federal proíbe a construção de novas escolas federais no ano de 1998<sup>3</sup>, direcionando essas instituições para a oferta de cursos superiores, principalmente, e de ensino médio regular, orientando a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos Estados e da iniciativa privada. A prioridade passa ser os cursos de ensino médio com o objetivo de preparar candidatos de excelência para o ensino superior.

Após sete anos de embates, em 2004, inicia a reorientação das políticas federais para a EPT, as quais traçaram um novo caminho para a modalidade, primeiro com a retomada da possibilidade de oferta de cursos técnicos integrados ao o ensino médio pelo Decreto n. 5.154, de 2004, seguido, em 2005, da alteração da lei que vedava a expansão da Rede Federal. Isso viabilizou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e, conseqüentemente, em 2008, a criação da Rede e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituídos pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2009). Desde então, as Escolas Técnicas e a maior parte dos CEFETs, com exceção dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e algumas Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais<sup>4</sup> foram incorporados e transformados em Institutos Federais (IFs), além da construção de diversas novas unidades, espalhadas por todo o território brasileiro, dando início um novo rumo e uma nova institucionalidade: a RFEPCT. O Plano de Expansão da RFEPCT buscou melhorar a distribuição espacial e a cobertura das instituições de ensino no país, sendo organizado em três fases, tendo cada uma delas prioridades e objetivos específicos definidos:

- **Fase I** – Ocorreu entre os anos de 2005 a 2007, durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições e nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Nesse momento, foram construídas 64 novas unidades;
- **Fase II** – Ocorreu entre os anos de 2007 a 2010, no decorrer do segundo mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Teve como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições, distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio Ministério da Educação (MEC), mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais;
- **Fase III** – Ocorreu entre os anos de 2011 a 2014, durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff e estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

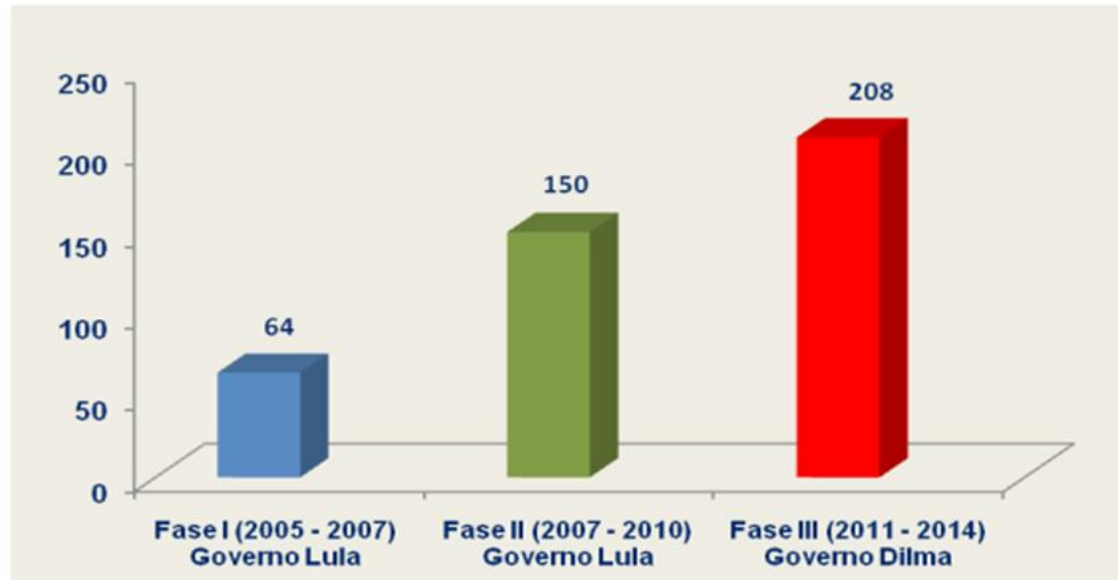
De acordo com Pacheco (2011), a RFEPCT é a mais reconhecida estrutura voltada para a qualificação profissional e de grande importância e contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do país. Até o ano de 2002, a Rede contava com 140 unidades em todo o Brasil. Contudo, a partir do final de

<sup>3</sup> “A Medida Provisória no 1.549-28, de 14/03/1997, alterou o art. 3o da Lei no 8.948, de 08/12/1994, acrescentando três parágrafos, o primeiro deles determinando que a expansão da oferta de ensino técnico, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorreria em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam também responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. [...]” (Ramos, 2014, p. 60).

<sup>4</sup> De um total de 32 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, 8 delas passaram a integrar os IFs a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que são: “Colégio Técnico Universitário (UFJF), Colégio Agrícola Nilo Peçanha (UFF), Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges (UFF), Escola Técnica (UFPR), Escola Técnica (UFRGS), Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati (FURG), Colégio Agrícola de Camboriú (UFSC) e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes (UFSC), passando a compor a RFEPCT. As demais Escolas Técnicas permaneceram vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2008, p. 12 -13).

2005, entrou em curso o Plano de Expansão da RFEPCT, em um momento de retomada do crescimento econômico vinculado a um modelo de produção de aplicação de ciência e tecnologia, com demanda de trabalho qualificado, estimulando a expansão da oferta de vagas para formação escolar e profissional. Dessa maneira, 214 novas unidades foram construídas até o ano de 2010, referente às fases I e II do plano de expansão, e 208 unidades na fase III, como mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Fases da Expansão da RFEPCT e Escolas Inauguradas nas gestões governamentais no Brasil, de 2005 a 2014



**Fonte:** Frigotto (2018, p. 121).

A política de expansão da RFEPCT caracterizou-se com uma nova organização estrutural e espacial, inserindo uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade. Somadas as unidades construídas em cada fase da expansão, conforme afirma Frigotto (2018), foram edificadas 422 unidades no total, o que se pode depreender a partir do Gráfico 1, sendo 214 no governo de Lula e 208 unidades no governo de Dilma, as quais somadas às 140 escolas que já existiam, fizeram com que a Rede passasse a contar com 562 *campi* vinculados aos IFs, com uma distribuição territorial que, em 2014, abrangia 515 municípios, localizados nas 27 Unidades da Federação, situados em regiões geográficas pertencentes ao interior do país.

Os últimos dados da Plataforma Nilo Peçanha<sup>5</sup>, que são do ano de 2021, trazem os números representativos dessa Rede: são 652 unidades<sup>6</sup> distribuídas pelo país, compreendendo os IFs, o Colégio Pedro II, o CEFET-MG e CEFET-RJ, além das escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais. A Rede abrange um total de 11.005 cursos, 1.523.346 matrículas e 96.620 servidores, entre docentes e técnicos administrativos em todo o país (Brasil, 2023).

Nessa direção, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em seu vídeo institucional comemorativo dos 110 anos da Rede Federal (1909-2019), lançado no ano de 2019, traz elementos que reforçam a dimensão e força dessa Rede. A RFEPCT, sendo uma referência mundial em Educação Profissional, por meio da

<sup>5</sup> "A Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). (Brasil, 2023, p. 1).

<sup>6</sup> Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha no dia 14 de julho de 2023, às 23h35min.



internacionalização, uma ferramenta de integração e formação multicultural, possui cooperação com mais de 30 países; na área da extensão, são mais de 7 milhões de projetos que melhoram o dia a dia das pessoas, aproximando as instituições da sociedade; além da pesquisa aplicada, que traz soluções inovadoras, tecnológicas, inclusivas e sustentáveis, contando com mais de 11 mil projetos de pesquisa e 9 polos de inovação em todo o país (Brasil, 2019).

Frigotto (2018), aponta que a RFEPCT, após o ano de 2008, estabelece-se com uma nova institucionalidade do ponto de vista formal-legal, resultando num novo arranjo administrativo que transforma e reorganiza antigas instituições de EPT, criando os IFs, que são considerados únicos no mundo. Apesar de ter algumas semelhanças com as universidades federais pois “[...] possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Brasil, 2008, p. 1); todavia, possuem diferenças. “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (Brasil, 2008, p. 1). Assim, “com efeito, as instituições se integram, resultando em uma outra composta por uma reitoria e diversos campi; do ponto de vista do ensino, são verticalizadas e pluricurriculares, o que as afasta das universidades” (Frigotto, 2018, p. 152).

De maneira singular, por meio da verticalização, da transversalidade e da interiorização, os institutos têm possibilitado mudanças de paradigma e uma nova estrutura no campo da EPT, já que a verticalização permite ao estudante uma formação que vai da educação básica à superior, podendo chegar ao doutorado, possibilitando, dessa forma, a construção da sua trajetória na própria instituição, enquanto a transversalidade se refere ao diálogo entre educação e tecnologia presentes no ensino, pesquisa e extensão e entre as disciplinas, cursos, *campi*, IFs e sociedade. É também relevante a interiorização, ou melhor, fundamental, visto que as desigualdades sociais também têm uma dimensão regional e, para o seu enfrentamento, é necessária uma política de desenvolvimento e fortalecimento territorial, segundo Frigotto (2018).

### **3. O INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: CRIAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RETRATO ATUAL DO *CAMPUS* NITERÓI**

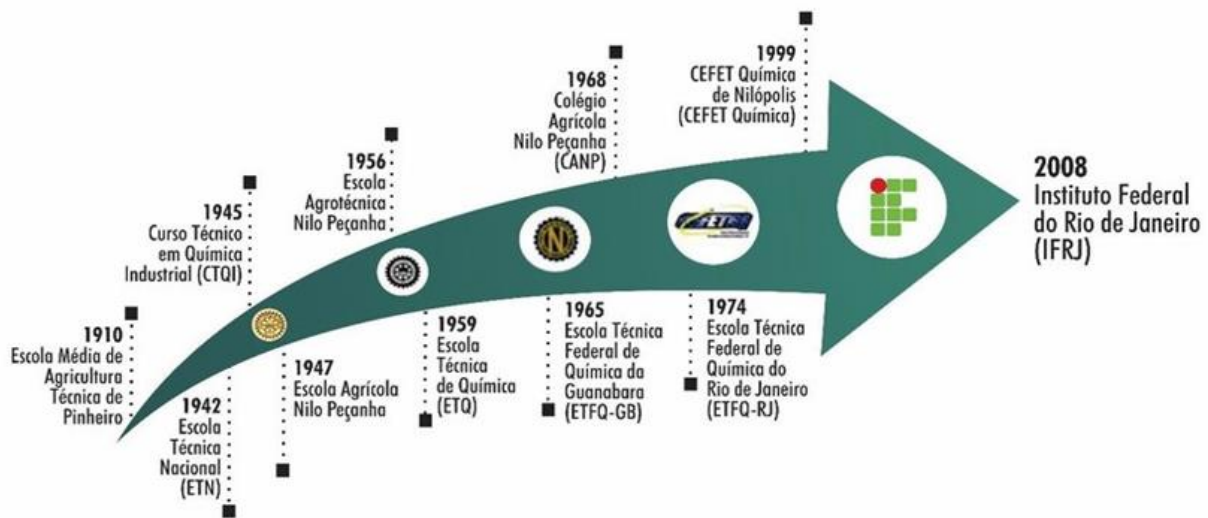
O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei n. 11.892, que transformou o CEFET Química de Nilópolis (CEFET Química) no IFRJ. Esse mesmo ato legal incorporou à estrutura da nova autarquia o então Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP), instituição centenária originária da Escola Média de Agricultura Técnica de Pinheiro, criada em 1910, vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF), e que passou a compor o IFRJ em 2008, como *campus* Pinheiral.

O CEFET Química, antecessor do IFRJ, teve como origem o Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), criado na década de 1940, em um contexto no qual a área de Química Industrial era de interesse estratégico nacional. O curso era integrante da Rede Federal de Ensino Industrial e iniciou suas atividades com uma única turma de 24 alunos, nas dependências da antiga Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1946, foi transferido para as instalações da Escola Técnica Nacional (ETN), hoje Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), onde permaneceu por 39 anos (IFRJ, 2022).

Em 1959, o então CTQI é transformado em Escola Técnica de Química (ETQ), passando a ser uma autarquia educacional. Confirmando a sua vocação, nas décadas seguintes, é transformada na Escola Técnica Federal de Química da Guanabara (ETFQ-GB), no ano de 1965; e na Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ-RJ), em 1974, tendo o ano de 1985 marcado a conquista da sede própria, no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, onde hoje é o IFRJ *campus* Rio de Janeiro, que também é conhecido como *campus* Maracanã (IFRJ, 2022). A ETFQ-RJ é transformada em CEFET Química no ano de 1994, nos termos da Lei n. 8.948<sup>7</sup>.

A Figura 1 ilustra, de maneira sintetizada, a trajetória da instituição desde os anos de 1910 até chegar à atual organização como IFRJ.

**Figura 1:** Linha do Tempo do IFRJ



**Fonte:** IFRJ (2017a, p. 12).

Ao longo da trajetória histórica do IFRJ, que remonta o início do século XX, para além de uma nova denominação, a transformação significou não só uma nova organização, mas também uma nova identidade institucional, implicando mudança de sede para o município do Rio de Janeiro e levando à rápida expansão das áreas de atuação, dos cursos, da infraestrutura e do quadro de servidores. A nova territorialidade, pautada na função social, possibilitou a criação de *campi* em regiões de grande desigualdade social, como o *campus* Realengo, situado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, concentrando um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do município do Rio de Janeiro (IFRJ, 2022). Sobre esse modo de organização, Pacheco (2011, p. 15) destaca que “[...] a estrutura multicampi permite definir o território de abrangência e com isso criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social e em sintonia com as potencialidades regionais [...]”.

As unidades do IFRJ são compostas por 15 *campi* e a reitoria. Os *campi* são: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. A

<sup>7</sup> A Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, “dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica [...]”. Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica” (Brasil, 1994, p. 1).

Reitoria localiza-se no centro do Rio de Janeiro. Além dessas unidades, foi anunciado no dia 24 de julho de 2023, a implantação do *campus* do IFRJ no Complexo do Alemão, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (IFRJ, 2023).

De acordo com dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha<sup>8</sup>, atualmente o IFRJ conta com 18.543 estudantes matriculados, aproximadamente 1.986 servidores, sendo 1.131 docentes e 855 técnicos-administrativos. São 160 opções de cursos ofertados entre todos os *campi* da instituição nos diversos níveis e modalidades do ensino, que vão desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), passando pelos cursos da educação básica, os técnicos integrados ao ensino médio, EJA, cursos concomitante e subsequente ao Ensino Médio até a Educação Superior com cursos em Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados; Pós-Graduação *Lato Sensu*, mestrado e doutorado (Brasil, 2023).

Ressalta-se que a responsabilidade e as atribuições de uma instituição perpassam por pensar e propor políticas que estejam em sintonia com o desenvolvimento institucional, bem como com a sua missão, visão e valores. A missão de uma instituição é a sua finalidade, o seu propósito, o ponto central do planejamento, operando como uma função orientadora para todo o sistema de planejamento. É o modo de traduzir os seus valores em termos de crenças e linhas de atuação, levando em conta as suas tradições e filosofias. O IFRJ como uma instituição pública, realiza a sua missão quando atende às necessidades da comunidade em que está inserida (IFRJ, 2017a). Tem como missão “promover educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social” (IFRJ, 2017a, p. 24).

Quanto à visão de futuro, esta diz respeito à essência da organização relacionada aos seus propósitos e objetivos gerais de desempenho. Deve ser inspiradora e capaz de sensibilizar as pessoas envolvidas com a instituição (IFRJ, 2017a). Assim, a visão do IFRJ traz o seguinte: “Ser uma Instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (IFRJ, 2017a, p. 25). Já os valores traduzem as crenças nas quais se acredita e regem as relações sociais que transformam a realidade concreta e pensamento estratégico (IFRJ, 2017a). O IFRJ tem como valores “Ética, Inclusão, Comprometimento, Transparência, Integração” (IFRJ, 2017a, p. 25).

No contexto de expansão e de interiorização da Rede Federal, que ocorreu entre os anos de 2005 e 2014, no Brasil, surge o IFRJ Niterói como integrante da Fase III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), anunciada no ano de 2011 pela Presidenta Dilma Rousseff. No entanto, o início das atividades do *campus* se deu em 2016, com a chegada dos primeiros servidores públicos concursados, docentes e técnicos administrativos, atuando em espaços provisórios com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Após a conclusão da construção do *campus*, no ano de 2018, a instituição passa atuar no espaço definitivo.

O IFRJ Niterói, inaugurado em 2018, está localizado no bairro Sapê, no município de Niterói/RJ. Apesar de o município de Niterói ter um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), exatamente 0,837<sup>9</sup>, ocupando a primeira posição no estado do Rio de Janeiro e o sétimo lugar no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), essa realidade não se estende ao bairro onde o *campus* está inserido. Trata-se de uma região onde há alguns condomínios fechados

<sup>8</sup> Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha no dia 14 de julho de 2023, às 15h53min.

<sup>9</sup> Dado extraído do IBGE, no dia 7 de janeiro de 2024, às 17h30min. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html>.

de alto padrão construídos devido à pressão do crescimento urbano e da especulação imobiliária, o que contrasta com a prevalência de moradias precárias e com as demandas por políticas sociais.

Sobre esse aspecto, Frigotto (2018) aponta que a expansão da RFEPECT buscou ampliar o acesso dos estudantes de regiões vulneráveis econômica e socialmente, promovendo justiça social e equidade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local e regional. Desse modo, buscando conhecer as tensões e a característica da região, o perfil dos estudantes e as expectativas sobre o novo *campus* naquele local, diversas reuniões, pesquisas e audiências públicas foram realizadas, algumas delas antes mesmo do início das atividades da instituição, tendo a participação popular por meio das representações da sociedade civil e do poder público. Destaca-se um trecho das expectativas sobre o *campus* na região:

Com relação ao perfil esperado dos estudantes, destacou-se a preocupação para que o campus atenda os jovens com maior vulnerabilidade social e exclusão no ensino médio, isso também frente às pressões do mercado de trabalho e do tráfico de drogas. Indicou-se um maior cuidado na inserção dessa população de baixa renda, negra, mulher e desempregada, com estímulo, estrutura (como alimentação e transporte) e compreensão sobre esse público, aspectos que podem evitar a sua evasão. Neste sentido, a articulação dos cursos com o mundo do trabalho é fundamental, além da análise sobre as mudanças no mundo do trabalho (IFRJ, 2017b, p. 32).

Esse diálogo levantou orientações importantes para o *campus*, tais como a definição do perfil dos estudantes e dos cursos que seriam ofertados em consonância com os levantamentos realizados pelas pesquisas e audiências entre os anos de 2016 e 2017, primeiros anos de funcionamento da instituição, quando se definiu o eixo tecnológico de atuação, de modo a buscar atender as expectativas e as necessidades educacionais locais e regionais, contudo, as primeiras iniciativas para que o *campus* existisse são muito anteriores a esse período, ainda no ano de 2007, a partir da mobilização social que pressionou por um *campus* da Rede Federal de Educação no município de Niterói. Essa articulação envolveu diversos atores políticos municipais, estaduais e federais, resultando em mais de 9 mil assinaturas recolhidas, possibilitando ao município ser um dos que receberia uma unidade da Rede (IFRJ, 2017b).

Desse modo, no ano de 2011, o Gabinete da Reitoria do IFRJ solicita à Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) o Termo de Compromisso entre a PMN e o IFRJ para a implantação do *campus* Niterói. No ano seguinte, em 2012, a PMN firma o compromisso de viabilizar a transferência dominial de imóvel do município para a autarquia, que ocorre no ano de 2013, com a doação do terreno de 24.985,30 m<sup>2</sup>, por meio da Lei n. 3.021 de 2013, visando à edificação e instalação do *campus*. A Figura 2 ilustra o terreno já no ano de 2016, com alguns serviços em andamento, como limpeza e terraplenagem.

Após a doação do terreno, ainda no ano de 2013, a empresa MW2 Construções e Incorporações LTDA – ME foi vencedora do Pregão Eletrônico n. 04/2013 para a execução do Projeto Básico e Executivo de terraplenagem, sondagem, fundações e demais serviços necessários para implantação do *campus* Niterói. No final do ano de 2013, a PMN, por meio da sua Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, concedeu a Licença Ambiental Municipal de instalação que autorizou o IFRJ a realizar a construção do *campus*, conforme imagem do projeto arquitetônico que consta na Figura 3 (IFRJ, 2017b).

**Figura 2:** Terreno do IFRJ Niterói



**Fonte:** Acervo do IFRJ Niterói (2016).

Após a doação do terreno, ainda no ano de 2013, a empresa MW2 Construções e Incorporações LTDA – ME foi vencedora do Pregão Eletrônico n. 04/2013 para a execução do Projeto Básico e Executivo de terraplenagem, sondagem, fundações e demais serviços necessários para implantação do *campus* Niterói. No final do ano de 2013, a PMN, por meio da sua Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, concedeu a Licença Ambiental Municipal de instalação que autorizou o IFRJ a realizar a construção do *campus*, conforme imagem do projeto arquitetônico que consta na Figura 3 (IFRJ, 2017b).

**Figura 3:** Projeto Arquitetônico do IFRJ Niterói



**Fonte:** Acervo do IFRJ Niterói (2018).

A área total de construção do *campus*, autorizada pela PMN, foi de 5.592,50 m<sup>2</sup>, que posteriormente foi edificada seguindo o estabelecido nos projetos arquitetônicos (um deles pode ser conferido na Figura 3). Assim, a área construída conta com os seguintes espaços: auditório, almoxarifados, biblioteca, coordenação técnica pedagógica (COTP), copa, cozinha, diretorias, estacionamento, guarita, laboratórios, quadra poliesportiva, sanitários, salas de aula e de professores, sala de recepção, sala técnica, secretaria acadêmica, refeitório e vestiários, entre outros (IFRJ, 2017b).

Antes do início das obras, o *campus* chegou a atuar, em momentos diferentes, em dois espaços provisórios cedidos pela Prefeitura. No ano de 2016, início das atividades, o primeiro espaço ocupado foi uma casa localizada no centro de Niterói, que era compartilhada com alguns setores da PMN. Em

2017, mudou-se para outro local, também localizado no centro de Niterói, na Praça do Povo, que integra o complexo arquitetônico do Caminho Niemeyer, como ilustra a Figura 4, passando a ocupar algumas salas do prédio da Fundação Oscar Niemeyer.

**Figura 4:** Praça do Povo, na cidade de Niterói



**Fonte:** Caminho Niemeyer (2023).

A Praça do Povo, localizada às margens da Baía de Guanabara, no município de Niterói, como mostra a Figura 4, é um espaço público constituído por três construções projetadas pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, composta pelo Teatro Popular Oscar Niemeyer, pelo Memorial Roberto Silveira e pelo Prédio da Fundação Oscar Niemeyer. Esse último foi um dos espaços provisórios de atuação do IFRJ Niterói, que pode ser visualizado na Figura 5. Assim, a constituição do *campus* passou por diversas etapas ao longo de sua implantação, a começar pelos espaços provisórios inicialmente, mas que também passaram a compor a memória da instituição e dos sujeitos envolvidos, que experienciaram o início dessa construção institucional.

**Figura 5:** Fundação Oscar Niemeyer



**Fonte:** Caminho Niemeyer (2023).

As salas utilizadas pelo *campus* localizavam-se no prédio da Fundação Oscar Niemeyer. Conforme Figura 5, trata-se da construção de vidro em formato de meia lua anexada ao fundo da cúpula branca. Além do IFRJ Niterói, esse espaço abrigava também alguns setores da administração da prefeitura do município. O *campus* contava com três salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca e cinco salas administrativas divididas por meio de placas divisórias. Durante o período de atuação do *campus*, ao longo do ano de 2017, eram ofertados predominantemente cursos FICs nas áreas de administração, idiomas (inglês e espanhol) e informática. Posteriormente, passou a ofertar o curso técnico subsequente/concomitante em administração.

Em 2018, com a conclusão das obras, o *campus* passa a ocupar o seu espaço definitivo, localizado no bairro Sapê, em Niterói, como mostra a Figura 6. A solenidade de inauguração da primeira etapa da obra ocorreu na data de 3 de maio de 2018, contando com a presença dos servidores, Reitor, representantes da PMN e representantes da sociedade civil local, entretanto as atividades no *campus* passaram a ocorrer somente alguns meses depois da inauguração final das obras, no dia 19 de dezembro de 2018.

**Figura 6:** Fachada do *campus* IFRJ Niterói



**Fonte:** Acervo do IFRJ Niterói (2018).

A Figura 6 mostra parte do *campus* que é a fachada da instituição, localizada às margens da Rodovia Washington Luís, no bairro Sapê. Trata-se da parte frontal e que dá acesso ao interior da instituição, evidenciando a presença do instituto em uma região de desigualdade social, e, dado o tamanho e a estrutura, sua construção se destaca das demais. Já a Figura 7, a seguir, traz o interior do prédio de dois andares, localizado logo após a entrada principal. A imagem mostra a área de convivência central, salas administrativas, banheiro e laboratórios, no térreo, e salas de aula acima.

**Figura 7:** Área de convivência do prédio principal *campus* IFRJ Niterói

**Fonte:** Acervo dos autores (2023).

A parte da autarquia, apresentada na Figura 7, mostra o prédio principal, em cujo primeiro andar (térreo) estão localizadas as salas dos setores administrativos, compostas por almoxarifado, coordenação de administração (COAD), coordenação de suporte de tecnologia da informação (CSTI), coordenação técnico-pedagógica (COTP), sala das direções administrativa, de ensino e direção geral, sala dos professores, sanitários, secretaria acadêmica, além dos laboratórios de línguas, química e informática. E, no segundo andar, estão localizadas as salas de aula, um total de 12, além de sanitários. O *campus* ainda conta com outros espaços, tais como biblioteca, auditório, refeitório, quadra poliesportiva, vestiários e sanitários.

Por fim, o IFRJ *campus* Niterói tem capacidade para 70 docentes, 45 técnicos administrativos e até 1.200 discentes, segundo o Projeto de Implantação do *campus* (IFRJ, 2017b). De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo setor de Gestão de Pessoas do *campus*<sup>10</sup>, atualmente a instituição conta com aproximadamente 41 docentes, 24 técnico-administrativos, 15 servidores terceirizados e, segundo a PNP<sup>11</sup>, com 754 discentes até o mês de dezembro de 2023. Os estudantes matriculados estão distribuídos entre os dois cursos integrados ao ensino médio, que são os técnicos em administração e informática; o curso técnico subsequente/concomitante em administração e os três cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, que são: Especialização em Educação e Novas Tecnologias, Especialização em Gestão de Projetos Ambientais e Especialização em Gestão e Serviços (IFRJ, 2022).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais são considerados uma revolução no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por resultarem de uma política pública de grande dimensão devido ao seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e ao diálogo com outras políticas setoriais,

<sup>10</sup> Dados disponibilizados pelo setor de Gestão de Pessoas do IFRJ Niterói, na data de 16 de dezembro de 2023. A Plataforma Nilo Peçanha disponibiliza somente dados do IFRJ como um todo. Por esse motivo, buscou-se os dados com a administração do IFRJ Niterói.

<sup>11</sup> Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, no dia 14 de julho de 2023, às 16h10min.



identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Contrariando as concepções neoliberais ao adotar o foco na justiça social e na equidade, os Institutos têm permitido o acesso de milhares de jovens e adultos da classe trabalhadora à formação de qualidade, humana e crítica, em um sistema público e gratuito, promovendo oportunidades e transformação em suas vidas. Além disso, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias complementam os focos anteriores no sentido de responder “de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” (Brasil, 2010, p. 02).

Nesse contexto, a criação do IFRJ Niterói, como já exposto, decorreu de uma política pública de iniciativa do Governo Federal, transformando a EPT brasileira. Essa iniciativa permitiu a expansão e a interiorização da Rede Federal com instituições em diversos municípios pelo país. No caso do *campus* Niterói, a sociedade civil organizada foi fundamental para que o município recebesse uma unidade da Rede por meio da reivindicação popular.

Ressalta-se que a localização do *campus*, em área de grande desigualdade social, torna-o ainda mais imprescindível na região e o coloca como um importante meio de transformação social e de desenvolvimento local em que a inclusão, principalmente dos sujeitos do seu entorno, seja a tônica dessa importante política pública na área da educação.

Em suma, a essência da Rede visa à transformação social por meio da inclusão, abarcando saberes, cultura, ciência, tecnologia e trabalho. A intenção é uma educação que transponha a dualidade histórica, priorizando a cidadania, alicerçada na democracia, na justiça social e na construção de uma cultura de um bem comum entre os sujeitos, enquanto coletividade, contrapondo-se ao crescente estímulo do individualismo, de um Estado mínimo e da lógica meritocrática neoliberal.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). **Vídeo institucional comemorativo dos 110 anos da Rede Federal (1909-2019)**. Conif, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://portal.redefederal.org.br/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1942]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2004]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1909]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1937]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l0378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1978]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6545.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1994]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8948.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8948.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Linha do Tempo**: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. MEC, [s. /], 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepções e diretrizes. Brasília, DF: MEC, [2010]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 mar. 2024.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira**: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CAMINHO NIEMEYER. **Niterói**, [s. /], 2023. Disponível em: <http://caminhoniemeyer.niteroi.rj.gov.br/#prettyPhoto>. Acesso em: 11 set. 2023.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Suckov da Fonseca**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: LPP/UERJ, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Dados institucionais do IFRJ**. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/sobre-instituto-federal-rio-janeiro-ifrj>. Acesso em: 3 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **O Instituto Federal do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 2023. Disponível em: <https://www.ifrj.edu.br/instituto-federal-rio-janeiro-complexo-alemao> Acesso em: 15 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Plano Estratégico de 2017 a 2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 2017a. Disponível em: [https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Planejamento/ifrj-planejamento-estrategico-aprovado-20171222\\_1.pdf](https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Planejamento/ifrj-planejamento-estrategico-aprovado-20171222_1.pdf). Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Projeto de Implantação do IFRJ Campus Niterói (PIC)**. Niterói, RJ: IFRJ, 2017b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados censitários do Município de Niterói**. IBGE, [s. /], 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, SP: Paco, 2016.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 15 mar. 2024.

NITERÓI. **Lei n. 3.021, de 13 de março de 2013**. Autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Município ao IFRJ para instalação de edifício público de ensino. Niterói, RJ: Câmara Municipal de Niterói, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2013/303/3021/lei-ordinaria-n-3021-2013-autoriza-o-poder-executivo-a-doar-terreno-de-propriedade-do-municipio-ao-ifrj-para-instalacao-de-edificio-publico-de-ensino>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. *In*: PACHECO, Eliezer. (org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Fundação Santillana; Moderna, 2011.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante**: crítica à integração da escola com o mercado. 1. ed. São Paulo, SP: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional**. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

**Submissão: 08/05/2024**

**Aceito: 05/08/2024**